

PRIMEIRA LINHA

Um alerta de bom senso ao Ministério Público

05/11/2014 - 18:24:19

8+1

A partir da Constituição de 1988, o Ministério Público se impôs como uma das instituições mais fortes do país. Embora o procurador-geral seja nomeado pelo presidente da República, na maioria dos casos esses profissionais têm se comportado com a isenção que o cargo exige. Mas, ao longo da recente história, o MP tem passado por algumas turbulências. O caso mais famoso é de Luiz Francisco de Souza. Nos governos que antecederam a Lula, Souza abria processos contra tudo e todos. Embora não tenha sido procurador-chefe, como simples procurador achavam “um bandido por dia”, na visão do jornalista Augusto Nunes. Seus excessos, em vez de elevar, desgastavam a classe.

Com Fernando Henrique Cardoso, o procurador-geral Geraldo Brindeiro foi rotulado de engavetador-geral da República. De quase 600 processos contra políticos, arquivou a maior parte. FHC negou que o tenha pressionado e disse que o julgamento era do próprio Brindeiro. No mensalão, o procurador-geral Roberto Gurgel foi firme e não pode ser criticado por leniência, pois foi bastante exigente. O atual, Rodrigo Janot, tem agido com eficiência, embora não tenha enfrentado um caso célebre. Sem sombra de dúvida, pode-se atestar que o MP ganhou o respeito da população, como a imprensa e outras poucas instituições.

No dia a dia, há exageros. Todos sabem que o Brasil precisa das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau, mas não há mês em que um procurador da região não peça interrupção das obras, por motivos variados. As barragens vão ser construídas, só que, a cada parada nas obras, há um acréscimo de custos, que vai ser pago pelo contribuinte. E alguns procuradores simplesmente não pensam de forma global, mas mandam para a frente demanda absolutamente insensatas.

Um caso recente pode ser considerado emblemático em relação a excessos do MP. Dois cidadãos simples do interior estavam pescando em período proibido, o que é errado mas não chega a ser um crime grave. O MP federal não titubeou. Denunciou os pescadores em vários artigos, inclusive na área penal, por “pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente”. Foram flagrados com um dourado de sete quilos. O juiz de Passos (MG) aplicou o princípio da insignificância, citando que os réus não usaram apetrechos proibidos nem capturaram espécie ameaçada de extinção. Pensando apenas na letra fria da Lei, sem atenção para problemas maiores da região, do país e da própria humanidade, o MPF recorreu, até ouvir da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região: “A jurisprudência tem reconhecido a atipicidade material de crimes contra o meio ambiente quando a conduta do agente não alcança grande reprovabilidade e é irrelevante a periculosidade social e a ofensividade da ação”.

O MP, tanto federal como os estaduais, tem nas mãos um enorme poder, que é o de acusar. Mas precisa estar atento para não cair na banalidade de mandar para a prisão um agricultor que corta uma árvore podre, um seringueiro que, para preservar a vida, mata um jacaré ou um desatento pescador, quando há grandes oligopólios atuando no país - no aço, na mídia, na indústria de bebidas, no transporte rodoviário de passageiros, talvez na aviação comercial e em diversos setores. Bom senso, é o que se pede a uma instituição de primeira grandeza.

MP e polícia

A propósito, um representante do MP diz à coluna que sua classe e também o judiciário deveriam ter mais tolerância com a polícia. Lembra que, enquanto promotores e juizes fazem seu trabalho em gabinetes refrigerados, a polícia sobe morros e invade comunidades em que se escondem marginais. “Diante do estresse a que são submetidos policiais civis e militares, a análise da ação dos policiais deveria levar em conta a tensão a que são submetidos”.

Afirma ainda que as cúpulas do MP federal e dos estaduais têm o “péssimo hábito” de associar eficiência ao número de ações propostas, o que não é um bom critério. Eficiência é a dimensão - alcance - social de qualquer ato do MP, seja judicial seja extrajudicial. O foco deve ou deveria ser o benefício social decorrente de determinada intervenção e não apenas o número de ações.

Acrescenta a fonte: “A letra fria da lei deveria ser a exceção. Deve-se buscar a interpretação finalística da lei somada ao bom senso e tendo como norte o benefício social daquela medida. Aliás, enquanto nossas leis forem feitas por parlamentares muitas vezes despreparados e ainda velhos caciques da política, de baixa ética, será sempre imprescindível questionar a aplicação da letra fria da lei”.

Perdas dos aposentados

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Gonçalves, estima em 81,7% as perdas dos aposentados, após 1994, diante das políticas públicas prejudiciais a quem não mais trabalha. O PSDB deu reajustes limitados para todos, e o PT, de Lula e Dilma, privilegiou quem ganha salário mínimo, concedendo apenas o rigor da lei para quem recebe acima de um salário mínimo.

A críticos - como o economista Fábio Giambiagi, que tem como bandeira o déficit da previdência - Gonçalves lembra



Colunista
Sergio Barreto Motta
PRIMEIRA LINHA

[Entre em contato](#)


queiroz galvão
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

APIMEC QGEP 2014

A QGEP Participações S.A (BM&FBovespa:QGEP3) tem o prazer de convidar investidores, analistas e demais profissionais do mercado de capitais para sua Reunião APIMEC que discutirá as perspectivas e resultados da Companhia.

25.11.2014 - 8h30
Windsor Atlântica Hotel
Av. Atlântica, 1020 - Copacabana - RJ

RSVP
APIMEC RIO
Tel (21)2509-9596 - ramal 25
empresas@apimecrio.com.br
www.apimecrio.com.br

apimec
Associação de Profissionais de Investimentos e Relações com Investidores

QGEP - Relações com Investidores - Tel: (21) 3505-5559 - www.qgcp.com.br/ri



PROTEL 25 Anos

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

Grupo Santa Isabel

Mais Notícias

POLÍTICA

21/11/2014 - 10:31:27

Corpo de Thomaz Bastos chega ao crematório de Itaipicera da Serra

FINANCEIRO

21/11/2014 - 10:14:41

São Paulo abre a 1,77%

CONJUNTURA

21/11/2014 - 10:08:57

Índice de Confiança da Indústria avança 3,9% na prévia de novembro

[VER MAIS](#)

que não se pode misturar a situação dos aposentados urbanos, que pagam mais do que recebem, com os rurais, que recebem mais do que pagam. Além disso, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi criada para suportar esses pagamentos, mas é desviada para pagar juros. E, com a alta dos juros, tão cedo a Cofins não voltará a sua função precípua.

O atum

O jornalista Gilberto Nahum, de A Tribuna, de Niterói, descobriu que pescadores dessa cidade fluminense navegam mais de 4 mil quilômetros para conseguir atum, pescado no mar em frente às Guianas. Nahum compara a tarefa à luta de Santiago para pescar um espadarte, no livro O Velho e o Mar, de Ernest Hemingway. O livrinho - em tamanho, mas de alta qualidade - foi publicado em 1952. Hemingway ganhou o prêmio Pulitzer no ano seguinte e, em 1954, a maior honraria do planeta, o Nobel de Literatura.

Rápidas

Nesta sexta-feira, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, faz a palestra de abertura do Encontro de Política Fiscal. Promovido pela FGV Projetos, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) e a Secretaria de Política Econômica (SPE), o evento contará com presenças de peso, como as do secretário de Política Econômica, Marcio Holland, do economista-chefe do Banco Itaú, Ilan Goldfajn, do diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vitor Gaspar, do ex-ministro da Fazenda Delfim Netto e de Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia de São Paulo da FGV ***Dia 18, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) promove palestra sobre o sistema de exportação de serviços (Siscoserv) *** **A partir de 6 de dezembro, o Rio receberá a Conferência Científica Internacional da WAO (World Allergy Organization), que acontecerá em conjunto com o XLI Congresso Anual da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia** *** O Senado discute a regulamentação da profissão de aeronauta. As oito folgas mensais deverão subir para 12 e, nos meses de mais serviço, seriam de dez *** Após insucesso no primeiro leilão, em que havia preço mínimo de R\$ 417 milhões, a área e equipamentos do antigo estaleiro Caneco, no Caju, na Zona Norte do Rio, terão nova disputa dia 28. Espera-se que dessa vez haja propostas de compra. O centenário estaleiro pertenceu à família de Arthur João Donato, ex-presidente da Federação das Indústrias do Rio *** A quarta-feira foi de bolsa em queda e dólar em alta.



Comentários

No momento, não há comentários. Para escrever o seu comentário, é necessário se [autenticar](#).

[Notícias](#)[Colunas](#)[Assinaturas](#)[Publicidade](#)[Gráfica](#)[A Empresa](#)[Contato](#)

Monitor Mercantil © 2012 - Todos os direitos reservados

Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização

Desenvolvido por Seven Soluções

